Universidades

México/Abril a Junio de 1983

Unión de Universidades de América Latina **92**



UDUAL

ÍNDICE

I

SECCIÓN DOCTRINAL

PONENCIAS

II

ACTIVIDADES DE LA UDUAL

III

LAS UNIVERSIDADES DE AMÉRICA LATINA

IV

INFORMACIÓN GENERAL

VI

PUBLICACIONES RECIBIDAS

O PLANEJAMENTO DA PESQUISA E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA*

Por Simon SCHWARTZMAN**

É bastante difundida, hoje em dia, a idéia de que a pesquisa científica deve ser objeto de um planejamento cuidadoso, de forma tal que os recursos sejam utilizados da melhor manera possível e que a sociedade extraia deste trabalho o melhor proveito. Como uma parte significativa da pesquisa científica se dá em universidades, isto significa que as universidades também devem fazer parte do sistema nacional de planejamento da pesquisa. Isto significa, sem dúvida, alguma forma de cerceamento da autonomia universitária, pelo menos na definição de suas linhas e prioridades de pesquisa. A própria autonomia universitária, nesta perspectiva, costuma ser percebida como uma instituição anacrônica, quando o que importa é colocá-la, tanto quanto a própria pesquisa, ao serviço dos interesses sociais mais amplos.

É uma visão aparentemente óbvia e irrefutável das coisas. Um exame mais cuidadoso, no entanto, mostra que ela encerra algumas falácias importantes, e pode ter consequências bastante graves. Vejamos por partes.

I. O PLANEJAMENTO DA PESQUISA

A questão de se a pesquisa deve, ou pode ser sumetida a um proceso de planejamento não tem, na realidade, muito sentido, enquanto não começamos a especificar de que pesquisa estamos falando. Existe um tipo de pesquisa, muitas vezes chamado de tipo "survey", ou de levantamento, que permite um planejamento bastante preciso: por exemplo, fazer o mapeamento geológico ou botânico

* Ponencia oficial del tema II, "Planeamiento de las actividades de investigación a nivel nacional y autonomía universitaria", del I Coloquio Latinoamericano sobre la Universidad y el Desarrollo Científico y Tecnológico, organizado por la UDUAL, celebrado los dias del 27 de febrero al 3 de marzo de 1983, bajo los auspicios de la Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.

** Profesor del Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Brasil.

de uma região, ou uma avaliação epidemiológica. Existem outras que são rotineiras e repetitivas —os censos demográficos e econômicos, as mensurações de variações climáticas atmosféricas—. A pesquisa tecnológica próprìamente dita geralmente, consiste em fixar-se um objetivo, e trabalhar sistemàticamente para obtê-lo; produzir, por exemplo, um carro com determinado nível de consumo de combustível e dentro de certos padrões de emissão de poluentes. É um tipo de trabalho que permite um certo gráu de planejamento, com fixação de metas intermediárias, distribuição de tarefas, etc. No entanto, há um gráu muito alto de incerteza quanto a problemas técnicos ainda desconhecidos, que frequentemente põem a perder os cronogramas e previsões. Outros tipos de projetos aplicados —por exemplo, descobrir um remédio para determinada doença— dependem de ensaios e êrros, do acaso, da intuição, e são muito difíceis de prever e planejar. A pesquisa mais pura ou teórica é ainda mais sujeita a incertezas do que as aplicadas.

Se esta variação existe quanto a projetos de pesquisa específicos, que dizer da agregação de um sem número de projetos em um planejamento global?

Quando um governo decide "planejar" a atividade de pesquisa em um país, na realidade o que ele faz é uma ou ambas das seguintes coisas:

1. cria um conjunto bastante reduzido de grandes projetos tecnológicos; um programa nuclear, o desenvolvimento de um tipo avançado de avião ou foguete, ou de um super-computador, e trata de atrelar o maior número possível de instituições, grupos de pesquisa e recursos a estes projetos;
2. distribui os recursos disponíveis entre diversas áreas de pesquisa ordenadas segundo sua "prioridade", e estabelece mecanismos para a sua re-distribuição aos diversos interessados.

Os grandes projetos tecnológicos podem ser subdivididos em um sem número de partes e subprojetos, que são normalmente distribuidos a várias instituições e empresas. É um tipo de empreendimento que se presta, mais do que qualquer outro, ao planejamento, ainda que, seja difícil definir de antemão o que deve ser feito quando está se trabalhando na fronteira do conhecimento. Estas incertezas tendem a ser supridas, frequementemente, pelo estabelecimento de metas pouco ambiciosas cientìficamente, e uma grande

rigidês em sua busca. O programa nuclear brasileiro, por exemplo, assumiu desde o início as características de um grande projeto de transferencia de tecnologia já constituida, com pouco lugar para a pesquisa de fronteira.

Na ausência de grandes projetos, ou nas áreas não cobertas por eles, o que se faz geralmente como "planejamento" é uma distribuição de recursos entre as diversas áreas de atividade, e eventualmente o establecimento de sub-metas especificas. Por exemplo, a área de medicina preventiva pode receber uma determinada prioridade, e dentro dela podem haver programas de erradicação da eschistosomose, da doença de chagas, da desinteria infantil, etc. Uma vez feito isto, as instituições governamentais assumem a responsabilidade por partes dos programas e sub-programas, e os projetos de pesquisa apresentados por centros universitários, ou independentes, são julgados por sua maior ou menor aproximação com estas metas.

II. O FASCÍNIO DA UNIVERSIDADE COM O PLANEJAMENTO DA PESQUISA

Existe sempre, dentro das universidades, um grande fascínio com estes esforços de planejamento nacional, e um grande esforço em participar deles. Começando do mais óbvio, o envolvimento de um departamento universitario com um grande projeto tecnológico significa mais verbas, mais equipamento, possibilidades de intercâmbio e treinamento no exterior, perspectivas de emprego para os alunos. Além disto, dá aos participantes um sentido de estar em realmente envolvidos com algo de interêsse prático, e assim contribuir, de alguma forma, para objetivos nacionais mais amplos.

O mesmo tipo de fascínio ocorre com a participação universitária na segunda modalidade de planejamento, com a busca de projetos em áreas prioritáreas, onde predominan seus aspectos aplicados e práticos. Além dos recursos que isto pode significar, participar de projetos em áreas prioritárias e com objetivos práticos definidos é sair da torre de marfim, definir suas prioridades em função das necessidades sociais, e devolver à sociedade, de alguma forma, os recursos que ela gasta com a formação e a manutenção de nossos pesquisadores e cientistas. Pareceria, pois, que existe uma grande coincidência e congruência entre as intenções governamentais de planejar e as aspirações da própria Universidade em participar e ser relevante.

III. ALGUNS IMPACTOS NEGATIVOS DA CIENCIA PLANEJADA NA UNIVERSIDADE

Nem tudo, no entanto, são flores. A participação da Universidade em grandes projetos tecnológicos nacionais frecuentemente leva a dificuldades e conflitos, que terminam prejudicando a própria vida universitária. As áreas de dificuldade potencial são muitas:

a) os grandes projetos tecnológicos trabalham normalmente com tecnologias protegidas por patentes ou regras de confidencialidade militar. O trabalho de pesquisas feito nestas condições impede que os resultados obtidos sejam publicados, e coloca os pesquisadores sob sistemas de supervisão e controle bastante estranhos ao ambiente universitário. Quando a pesquisa é de tipo militar, isto significa muitas vezes que pesquisadores e estudantes tenham que passar por crivos de segurança política e ideológica. É muito difícil trabalhar nestas condições em ambientes universitários.

b) instituções de pesquisa não universitárias normalmente obedecem a normas organizacionais bastante rígidas, e muito distintas das que são frequentes nas universidades. Não existe, evidentemente, nada que assegure que horários rígidos, sistemas de ponto e relatórios minuciosos de atividades garantam um trabalho mais produtivo que a atribuição livre e desburocratizada de responsabilidade aos líderes de projetos. Trata-se, acima de tudo, de um choque de culturas organizacionais, que torna-se tanto mais sério quanto as culturas mais rígidas e formais tendem a vir de fora para dentro das universidades, criando situações de muita tensão. Nestas condições, os pesquisadores mais capazes tendem a se afastar, deixando em seu lugar os com menos alternativas.

c) como a definição de temas de pesquisa e estudo, neste tipo de projetos, vem geralmente de fora, sobra pouco espaço de criação e iniciativa para os pesquisadores universitários, que ficam sub-metidos a decisões tomadas frequentemente por pessoas menos competentes. É também uma situação bastante volátil.

A segunda modalidade de planejamento tem consequencias negativas menos dramáticas, mas potencialmente também sérias. Suponhamos, por exemplo, que exista um programa para a fabricação de combustíveis com a utilização de água do mar, e que a agencia X tenha um volume de dinheiro separado para isto. Como se trata de um projeto tecnológico altamente duvidoso, os grupos de pesquisa mais competentes, e que eventualmente conseguem seus financia-

mentos em outras agências, não se interessarão por este projeto. Alguns núcleos de pesquisa mais audaciosos, e com menos tradição, se sentirão possivelmente mais tentados a se candidatar. O resultado pode ser o fortalecimento de grupos menos competentes, que não hesitam em participar de projetos duvidosos, em detrimento dos dotados de mais competencia e responsabilidade.

Uma outra consequência potencialmente séria é que os grupos de pesquisa já constituidos tendam a recobrir seus projetos de sempre com uma capa que os aproxime aos objetivos prioritários das agencias de financiamento. O resultado é a difusão de um certo cinismo nos meios científicos, e uma perda de legitimidade dos projetos de pesquisa que tenham um objetivo menos directo e aplicado.

De uma maneira geral, o planejamento da atividade cientifica, ao ser introduzido na Universidade, contribui para tirar a legitimidade da pesquisa mais livre, desinteressada, de fronteira, em benefício da mais aplicada e de resultados previsiveis. Isto é muitas vezes defendido como uma necessidade imperiosa para os países subdesenvolvidos, que não possuem recursos para gastar com a pesquisa científica desinteressada. É um raciocínio que tem pelo menos dois pontos falhos. Primeiro, a pesquisa mais acadêmica e básica é geralmente mais barata do que a aplicada, e seu custo é sempre muito menor do que os grandes projetos tecnológicos, de resultados muitas vezes duvidosos. Segundo, a questão da aplicabilidade dos resultados da pesquisa não pode jamais ser vista no exame de projeto, e depende básicamente da existencia de uma politica econômica e social que utilize efectivamente os recursos tecnológicos disponíveis em benefício da sociedade. Quando isto não se dá, a pesquisa aplicada morre no nascedoiro; e mata, ao mesmo tempo, a independencia de pensamento e de busca que deveria ser uma caracteristica central da pesquisa universitária.

IV. O QUE CONVÉM À UNIVERSIDADE

O grande problema da Universidade contemporanea é estabelecer uma linha de compromisso adequada entre suas funções e compromissos com a sociedade mais ampla e sua necessidade de autonomia e autodeterminação.

As funções e compromissos da Universidade são bastante óbvios. As universidades modernas deixaram de ser as pequenas instituições

elite do passado, para ser na parte principal de vastos sistemas de educação pós-secundária. Elas servem frequentemente de modelo para todo o sistema de educação superior, e entrar nelas passa a ser a aspiração de práticamente todos os grupos sociais. Seu custo é elevado, e é geralmente custeado, direta ou indiretamente, com fundos públicos. É nela que as pessoas buscam uma qualificação adequada para o mercado de trabalho, e é também nela que as empresas e instituições frequentemente vão buscar seus técnicos qualificados. Elas têm um *pool* de pessoas competentes nas diversas áreas profissionais e de pesquisa, que a sociedade financia e da qual se espera algum serviço ou compensação prática e concreta. Tudo isto gera uma enorme pressão sobre o sistema universitário, que trata de responder como pode.

A busca da autonomia universitária é, sem dúvida, uma forma de defesa da instituição acadêmica contra todas estas pressões externas. Uma universidade autônoma ensina o que achar melhor, pesquisa o que seus pesquisadores preferirem, escolhe os alunos pelos critérios que estabelece, etc. Não será este um conjunto excessivo de privilégios, dado o custo e os interesses sociais envolvidos com a educação superior?

Certamente a autonomia é um privilégio, mas ele tem uma justificativa bastante importante. É na Universidade, pelo menos em princípio, que se reunem os professores e pesquisadores mais qualificados e competentes em suas áreas de conhecimento. Qualquer tentativa de impôr desde fora conteúdos ou orientações pedagógicas e de pesquisa significa que pessoas menos competentes e qualificadas estarão dizendo às mais competentes o que fazer, o que só pode ter resultados desastrosos.

A justificativa da autonomia universitária é assim, essencialmente, feita em nome do poder da técnica do conhecimento. Não seria esta, no entanto, uma justificativa tecnocrática?

É um risco que sem dúvida existe. O poder tecnocrático é aquele que se exerce em nome da competência técnica, mas que extravasa este âmbito e invade outros que dependem preferências, valores e interêsses de tipo político, económico ou social. Os limites entre o que é legítimamente técnico e o que é abusivamente tecnocrático são frequentemente difíceis de estabelecer. Um projeto de pesquisa pode ser técnicamente bem justificado, mas corresponder a uma temática pouco promissora e que só beneficia, na realidade, a carreira de um determiado professôr. A resistência de uma escola professio-

nal em rever seu curriculo para moderniza-lo pode significar tanto a defesa de uma tradição legítima de competência quanto o imobilismo e a desatualizacão de seus professôres.

Como fazer com que a autonomia universitária, que consiste essencialmente em dar à Universidade o poder da auto-regulação, não se degenere na tecnocracia e na defesa de privilégios injustificados?

A chave para isto é a combinação entre autonomia, responsabilidade e competição. A Universidade deve ser livre para definir suas pesquisas, fixar seus curriculos, contratar seus professôres. Ao mesmo tempo, no entanto, ela deve assumir o risco e a responsabilidade por suas ações e decisões. Ela deve convencer à sociedade que a sustenta, aos jovens que a procuram, aos financiadores de seus projetos, que a que ela faz é importante, significativo, e necessário. Ela deve poder competir com outras, que tenham eventualmente propostas científicas e pedagógicas distintas, pelos recursos escassos da sociedade. A tecnocracia encontra terreno fértil na combinação entre autonomia e irresponsabilidade social.

V. CONCLUSÃO: DA AUTONOMIA À PARTICIPAÇÃO

Acredito que a autonomia com responsabilidade é o melhor caminho que pode existir para que a Universidade trate de superar o dilema inevitável entre a auto-regulação e as demandas externas. A Universidade deve, certamente, tratar de atender estas demandas, mas ela só poderá fazer isto de forma adequada a partir dela mesma, da busca de seu próprio caminho, de sua própria vocação. Atrelar a pesquisa universitária a um plano externo definido em um ministério burocrático qualquer pode ser mortal; ela pode e deve, no entanto, se envolver na discussão das prioridades nacionais, desenvolver sua competência, dar sua colaboração e ser recompensada por ela.

É uma diferença que pode parecer sutil, mas que representa, na realidade, a diferença entre a vida criativa e a burocratização, desmoralização e morte da institutição universitária.